

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

ADRIANA LENTZ DELLA VECCHIA MAGNUS

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO:
O CASO DA ESCOLA PREFEITO QUINTILIANO JOÃO PACHECO DE SÃO JOÃO
DO SUL - SC**

Florianópolis

2017

ADRIANA LENTZ DELLA VECCHIA MAGNUS

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO:
O CASO DA ESCOLA PREFEITO QUINTILIANO JOÃO PACHECO DE SÃO JOÃO
DO SUL - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Profa. Dra. Melina de la Barrera Ayres

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Magnus, Adriana Lentz Della Vecchia

O Projeto Político Pedagógico como instrumento de
Inclusão: o caso da Escola Prefeito Quintiliano João
Pacheco de São João do Sul - SC / Adriana Lentz Della
Vecchia Magnus ; orientadora, Melina de la Barrera Ayres -
Florianópolis, SC, 2017.

74 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Gênero e Diversidade na Escola. 3. Educação e
Inclusão. 4. Ciências Sociais. 5. Ciências Humanas . I.
Ayres, Melina de la Barrera. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

ADRIANA LENTZ DELLA VECCHIA MAGNUS

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE
INCLUSÃO: O CASO DA ESCOLA PREFEITO QUINTILIANO JOÃO
PACHECO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em vinte de fevereiro de 2017.

Coordenação do Curso:

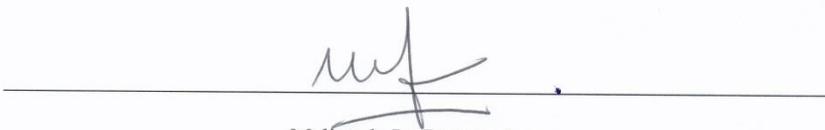


Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Leandro Castro Oltramari



Melina de La Barrera Ayres



Gisele de Mozzi

AGRADECIMENTOS

O percurso destes dois anos de Especialização não teria sido prazeroso sem a confiança de estar no caminho certo. Os novos conhecimentos adquiridos como profissional e o aprendizado que será utilizado no cotidiano, são conquistas incomparáveis.

Primeiramente agradeço a Deus pelas graças concebidas em todos os momentos de minha vida.

À minha família, meus filhos e esposo, por me apoiarem em minhas escolhas e por vibrarem comigo a cada conquista, por menor que elas sejam.

Às companheiras de Especialização e à família de estudos, que buscaram apoiar e incentivar para a não desistência deste curso; embora em muitas situações surgia o desejo de parar, descansar e buscar algo menos complexo.

Registro um agradecimento pelo financiamento do Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do Estado de Santa Catarina. Agradeço também os investimentos feitos nos últimos treze anos que possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado. Que essa Especialização seja lembrada, então, como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

E, enfim, aos meus familiares e amigos que me suportaram por longos períodos de estudos, conversas e discussões, saibam que meu êxito dependeu de vocês. Na amizade e na confiança que seria um novo começo, novos conhecimentos a acrescentar ao aprendizado acadêmico e à vida de educadora.

Aos tutores presenciais e virtuais por buscarem enfatizar o propósito da Especialização, e aos professores e coordenadores deste curso, pelo sucesso na produção de um curso novo, único e inovador.

*Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas agir,
Mas também sonhar; não apenas planejar, mas também acreditar!*

Anatole France

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência passou por um grande processo de adequação até chegar às políticas públicas vigentes atualmente. A inclusão na educação ainda é recente, não são todas as escolas que estão adaptadas para receber alunos/as com deficiências. As leis definem princípios democráticos para educação inclusiva, garantem a matrícula no ensino regular e falam da necessidade de oferecer oportunidades iguais para todos, difundindo a percepção de que a escola deve atender as diferentes potencialidades. É por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) que cada instituição de ensino estabelece ações concretas para promover a inclusão. O Presente trabalho tem como objetivo geral analisar como estão previstas as ações de inclusão de alunos/as com deficiência nas séries iniciais da Escola de Ensino Fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco de São João do Sul/SC, em seu Projeto Político Pedagógico, visando contribuir com sua produção, no que tange às questões de inclusão. Para tal fim, foram realizadas a análise do PPP, que ainda está em fase de elaboração, pesquisa documental e o questionário a professores/as da instituição, visando contribuir com o processo de inclusão. Realizaram-se, ainda, conversas informais sobre a inclusão nessa escola. A pesquisa aponta para a importância de que o PPP revele a identidade da escola, visando seus objetivos, orientações, ações inclusivas e formas de avaliar os processos de aprendizagens, estabelecendo metas e buscando melhorias, usando debates como meio de troca de informação e melhoria das políticas da escola.

Palavras-chave: Inclusão. Diversidade. Escola. Deficiência. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities underwent a great process of adaptation until reaching the current public policies. Inclusion in education is recent, not all schools are adapted to receive students with disabilities. The laws define democratic principles for inclusive education, guarantee enrollment in regular education and show the need to offer equal opportunities for all, spreading the perception that the school must meet the different potentialities. And it is through the Pedagogical Political Project (PPP) that each educational institution establishes concrete actions to promote inclusion. The present research aims to analyze how the actions of inclusion of students with disabilities in the initial series in the Prefeito Quintiliano João Pacheco School, of São João do Sul/SC, are provided on the Pedagogical Political Project, seeking to contribute with its production, regarding issues of inclusion. To this end, the analysis of the PPP, which is still in the preparation phase, was carried out, the documentary research and the questionnaire to teachers of the institution, aiming to contribute to the inclusion process. Informal conversations about inclusion in the surveyed school were also held. The research points to the importance of the PPP to reveal the identity of the school, aiming at its objectives, orientations, inclusive actions and ways of evaluating learning processes, establishing goals and seeking improvements, using debates as a means of exchanging information and improving school policies.

Keywords: Inclusion. Diversity. School. Disability. Political Pedagogical Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Atendimento Especializado
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APP	Associação de Pais e Professores
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CESB	Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro
CFE	Conselho Federal de Educação
CNEC	Campanha Nacional para a Educação dos Cegos
CONAE	Conferência Nacional de Educação
FCEE	Fundação Catarinense de Educação Especial
FNDE	Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
GDE	Gênero e Gênero e Diversidade na Escola
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instalada no Instituto Nacional de Surdos
MEC	Ministério da Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação,
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAEDE	Sala de Apoio ao Estudante com Deficiências
SAESP	Serviço de Atendimento Especializado,
SED	Secretaria de Educação
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

SUMÁRIO

1 REVISÃO DA LITERATURA E METODOLOGIA	18
1.1 PERSPECTIVAS SOBRE A DEFICIÊNCIA.....	18
1.2 INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL	19
1.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS ALTERAÇÕES SEGUNDO OS MARCOS LEGAIS	29
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA	33
1.4.1 Escolha da pesquisa qualitativa.....	33
1.4.2 Instrumentos de coleta de dados.....	34
1.4.3 Amostras da pesquisa	37
2 A INCLUSÃO NA ESCOLA PREFEITO QUINTILIANO JOÃO PACHECO	39
2.1 A ESCOLA.....	39
2.2 OS/AS ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA.....	40
2.3 OS/AS PROFISSIONAIS DA ESCOLA E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	43
2.3.1 Os/as profissionais da escola de ensino Fundamental Quintiliano João Pacheco: Análise e discussão dos dados	43
2.3.2 PPP da escola e seus pressupostos sobre inclusão.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXOS.....	58

INTRODUÇÃO

Sou professora da rede pública, sou casada e sou mãe. Iniciei minha trajetória como professora aos 17 anos. Passei por inúmeras experiências no início de minha carreira e não me via como uma pessoa preconceituosa. Lutava pelas minorias e buscava igualdade para todo/as. Nos espaços educativos onde lecionei sempre abordei a temática de gênero e inclusão, buscando trabalhar os temas de acordo com a idade dos/as alunos/as e o currículo proposto pela instituição.

Ao participar do curso de Formação de Professores/as em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), percebi o preconceito em mim, pois sou fruto de uma sociedade machista e homofóbica, e o preconceito está impregnado em minhas atitudes e pensamentos. Talvez por conta de minha criação, ou pelo fato de ser filha de uma pessoa com deficiência física sempre fui vítima de preconceito e não percebia. Ouvia comentários do tipo: seu pai é aquele “aleijado” ou “manqueta”.

Na graduação em Licenciatura em Matemática, a disciplina de Educação Inclusiva também me fez perceber que a inclusão acontece de forma equivocada. As leis não são perfeitas e quando inseridas na realidade escolar esse fato se torna mais evidente. Os/as alunos/as com deficiência chegam às escolas e são recebidos por uma instituição despreparada, sem espaços adequados, com profissionais inexperientes e sem formação adequada para trabalhar com eles/elas.

A especialização em GDE abriu horizontes não imaginados por mim, trouxe-me conhecimentos que ajudarão a enfrentar as mudanças que precisam acontecer. As mudanças se dão devagar e de forma progressiva e aos poucos vão se inserindo no contexto escolar, estabelecendo e garantindo direitos que ainda não são respeitados.

As novas perspectivas que se abriram a partir do curso fizeram-me pensar sobre a inclusão em sala de aula e nos espaços educativos como proposta de pesquisa. Considerando que como professora, sou formadora de opiniões, acredito que posso ajudar a promover mudanças no processo de formação de inúmeros indivíduos, oportunizando a reflexão sobre o mundo ao seu redor. Com isso, talvez consiga também fomentar mudanças no currículo da Escola de Ensino Fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco, abordada neste trabalho, uma vez que tenho por

objetivo contribuir para a transformação de concepções segregacionistas sobre as pessoas com deficiência nela acolhidas.

Falar sobre inclusão possibilita-nos refletir. Com um trabalho contínuo é possível mudar a visão de como se deve pensar, planejar e organizar a educação para a melhoria da sociedade. O respeito e o reconhecimento da diversidade são dois dos princípios fundamentais na construção de um sistema educacional inclusivo. Reconhecer o direito à diversidade é dar respostas às diferentes necessidades educacionais encontradas na sociedade. A diversidade e a cidadania são princípios que devem estar presentes na construção de um projeto educacional inclusivo que incorpore as crianças com deficiência à rotina escolar.

Assim, toma-se fundamental repensar os Projetos Político Pedagógicos das instituições de ensino e fazer com que neles constem questões como: diferenças de classe social, gênero, etnia, orientação sexual, diversidade, acessibilidade. Enfim, uma escola com acessibilidade e pronta para receber alunos/as com deficiência não pode se fechar a discutir temas sociais, que fazem parte da identidade pessoal e definem a condição do sujeito na cultura e na sociedade.

Partindo desse entendimento, neste trabalho me propus estudar a instituição onde atuo, a Escola de Ensino fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco, da cidade de São João do Sul, no Estado de Santa Catarina. Por fazer parte dessa comunidade escolar como professora, pude ter acesso a documentos, registros escolares, estar presente em conversas e discussões com o corpo docente da instituição.

A Escola de Ensino fundamental Quintiliano João Pacheco, em 2016, completou cinco anos de existência e está em processo de elaboração do seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Até o ano de 2015, a instituição seguia o PPP da escola estadual onde estava inserida. Para elaboração desse documento foi criado um grupo de estudo, formado por Professores/asefetivos/as, Secretaria e Gestores/as. Nessa construção, que ainda está em andamento, se está revendo o currículo institucional municipal, fundamentando os conceitos e esperando crescer valores. Nesse sentido, a escola ainda está construindo seu PPP e se adequando ao processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Atualmente, o PPP da escola apenas expressa o que consta na legislação sobre a inclusão, mas é preciso fazer avançar esse documento e projetar nele reflexões que possam dar suporte às ações docentes na área da inclusão.

Para uma escola se tornar inclusiva, ou seja, uma instituição que, além de aberta para trabalhar com todos/as os/as alunos/as, incentive a aprendizagem e a participação ativa de todos/as, faz-se necessário um investimento sistemático, efetivo, envolvendo a comunidade escolar como um todo. Para que isso aconteça de maneira eficiente, é necessário que a escola tenha autonomia na elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, de forma a elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural dos seus estudantes.

A escola inclusiva direciona-se para um ensino que, além de reforçar os mecanismos de interação solidária e os procedimentos cooperativos, auxilie o ser humano a se ver e se perceber como parte de um todo que independe de suas características físicas.

Partindo desse entendimento, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar como estão previstas as ações de inclusão de alunos/as com deficiência nas séries iniciais na Escola de Ensino Fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco de São João do Sul/SC, no Projeto Político Pedagógico, visando contribuir com sua produção, no que tange às questões de inclusão.

Objetivando responder a essa questão proponho uma reflexão, analisando o texto do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como um levantamento sobre os/as alunos/as com deficiência que passaram pela escola nos seus cinco anos de existência e a coleta de dados sobre o processo de inclusão através da aplicação de um questionário com professores/as da escola, que atenderam em suas classes, no ano de 2016, alunos/as com deficiência, buscando compreender como, na prática, tem-se efetivado a inclusão. Essa coleta de dados também alcançou a gestora e a coordenadora pedagógica da instituição, por entender que elas são agentes centrais para a efetivação das ideias contidas no Projeto Pedagógico na prática cotidiana escolar.

Para tanto, a pesquisa contemplou quatro etapas:

1-Levantamento dos/as alunos/as com deficiência que estudam na Escola de Ensino Fundamental Quintiliano João Pacheco, verificando algumas de suas características pessoais: tipo de deficiência, idade, sexo e série que cursam.

2-Análise e discussão do Projeto Pedagógico da escola, no estado em que se encontra, referente às questões de inclusão.

3-Coleta de dados através de questionário com os/as professores/as que trabalham com estes/as alunos/as, além da gestora e a coordenadora pedagógica da Instituição.

4-Cruzamento das informações e análise.

Para fins de organização, este trabalho está composto por dois capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, realizo a revisão da literatura, buscando subsídios para discutir o processo de inclusão no Brasil até os dias atuais, e apresento a metodologia empregada para realização da pesquisa, envolvendo a coleta e discussão dos dados. No segundo capítulo, abordo a inclusão na Escola Prefeito Quintiliano João Pacheco, enfocando a escola, alunos/as e profissionais, bem como questões do cotidiano da instituição, dando destaque às questões de inclusão. Nas considerações finais aponto achados da pesquisa, com relação à inserção das questões de inclusão no PPP da escola e quais mudanças poderiam ser empregadas para que esse documento agregue concepções inclusivas, respeitando os pressupostos teóricos desse processo, valorizando as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais, atendendo às necessidades educacionais de cada aluno/a, além de discutir aspectos relacionados às informações coletadas com os/as professores/as da instituição.

1 REVISÃO DA LITERATURA E METODOLOGIA

1.1 PERSPECTIVAS SOBRE A DEFICIÊNCIA

Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente (DINIZ, 2007, p. 9).

Hoje pode dizer-se que primam dois modelos de compreensão da deficiência: o modelo biomédico e o modelo social. A base do modelo biomédico é sustentada pela saúde do corpo. A partir dessa perspectiva existe um ideal de corpo pensando dentro de uma lógica de produtividade. Aquele corpo que possua algum impedimento ou deficiência é considerado inútil. O modelo biomédico sustenta ser possível classificar e catalogar os impedimentos corporais que provocam variações consideradas indesejadas em relação a um ideal de corpo normal. A partir do século XIX, foram estabelecidas classificações dos corpos com impedimentos para guiar as políticas de saúde e de bem-estar. Este olhar médico baliza até hoje ações que buscam “a cura” e a “adaptação” das pessoas com deficiência. Amparadas pelos saberes biomédicos, surgiram instituições especializadas no cuidado da deficiência, em particular para as pessoas com impedimentos intelectuais, onde antigamente os indivíduos eram mantidos longe do convívio social, sendo confinados e escondidos do mundo. Este modelo contribui para a manutenção das barreiras às pessoas com deficiência, dificultando o acesso à educação em igualdade de condições às pessoas sem deficiência, pois parte da compreensão de que são elas as que devem adaptar-se ao contexto social e não o inverso.

Por sua parte, o modelo social da deficiência, conforme Ayres, “surge no Reino Unido e nos Estados Unidos na década de 1970, como uma resposta ao modelo biomédico da deficiência” (2015, p. 79), derivado do movimento social das pessoas com deficiência. Este movimento se iniciou com o ingresso de Ed Roberts (com deficiência física), na Universidade da Califórnia. A Universidade não tinha condições de recebê-lo e o alojou na sua enfermaria. Com o ingresso de Roberts, a universidade começa a receber outros pedidos de alunos/as com deficiência. Anos

mais tarde, Roberts e seus colegas, partindo de suas experiências, definiram as suas demandas para uma vida independente (AYRES, 2015).

Até aquele momento – conforme os parâmetros utilizados desde a filosofia imposta por um modelo reabilitador da deficiência – a independência de uma pessoa com deficiência era avaliada sobre a base de quão longe poderia caminhar depois de uma doença ou quanto poderia dobrar as pernas logo de um acidente. Mas Roberts redefiniu o conceito de independência como o controle que uma pessoa tem sobre sua própria vida [grifo da autora]. A independência devia ser medida – não em relação a quantas tarefas podem ser realizadas sem assistência-, mas em relação com a qualidade de vida que se podia alcançar com assistência (PALACIOS, 2008, pp. 112-113).

Conforme Ayres (2015), este modelo ainda não é muito difundido no Brasil. Em nosso país a concepção da deficiência ainda está ligada ao modelo biomédico e a percepção da deficiência como uma tragédia pessoal.

1.2 INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

A inclusão como processo social defende uma modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com deficiência possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania, propondo uma visão pela qual são feitas transformações nos ambientes físicos e na mentalidade das pessoas. Além disso, propõe que a sociedade busque valorizar as características de cada indivíduo, pois somos únicos e insubstituíveis.

A inclusão da pessoa com deficiência à escola e à sociedade visam oferecer-lhe oportunidades iguais, apesar das diferenças, em relação ao acesso e permanência na instituição de ensino, tendo direito à educação, saúde, cultura, trabalho, ao lazer e à atividade física.

No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiência nas redes de ensino foi iniciada no século XIX com as iniciativas do Império foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, denominado atualmente de Instituto Benjamin Constant, e do Instituto dos Surdos-Mudos, em 1856, denominado atualmente de Instituto Nacional de Educação de Surdos, (INES) e a criação de Institutos de Educação de crianças cegas e surdas (LANNA JÚNIOR, 2011).

Esses institutos recebiam muitas verbas para o seu funcionamento, tornando-se atrativo a implantação desse atendimento especializado para as pessoas com deficiência em nosso país. No ano de 1874, por exemplo, uma instituição junto ao Hospital Estadual de Salvador, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, foi a primeira a iniciar, na Bahia, o atendimento aos deficientes intelectuais; porém, estava mais voltado para a medicina do que para a pedagogia propriamente dita.

No início do século XX, a sociedade brasileira mostrava estar interessada na educação das pessoas com deficiência. Um desses indicadores foram os trabalhos científicos e técnicos publicados em diferentes congressos, como ocorreu no ano de 1900, durante o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia realizado no Rio de Janeiro. Nesse evento, o médico Carlos Eiras apresentou a monografia intitulada: “Da Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas”. No ano de 1915 outros trabalhos sobre a educação de deficientes mentais foram publicados: “A Educação da Infância Anormal da Inteligência no Brasil”; “Tratamento e Educação das Crianças Anormais da Inteligência”; e a “Educação da Infância Anormal e das Crianças Mentalmente Atrasadas na América Latina”. No ano de 1920, foi publicado o livro “Infância Retardatária”, do professor Norberto de Souza Pinto (MAZZOTTA, 1996, p. 30).

Muitas escolas de ensino regular mantidas pelo poder público que prestavam algum tipo de atendimento escolar para as pessoas com deficiência mental surgiram no período de 1940 a 1950, na grande maioria dos estados brasileiros, como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, etc. Também surgiram diferentes Instituições que prestavam algum tipo de atendimento especializado para as pessoas com deficiência como, por exemplo, a Sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Essas instituições faziam atendimento educacional especializado nas áreas da deficiência intelectual, visual, física e auditiva (JANNUZZI, 1985).

No Brasil, até o ano de 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento educacional especial para as pessoas com deficiência intelectual. Havia, também, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, que atendiam alunos

com outras deficiências. Nesse sentido, foram organizados institutos que atendiam pessoas cegas, surdas, deficientes físicos e deficientes mentais (MAZZOTTA, 1996).

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do Brasil, foi fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro. A instituição foi se consolidando e ocupando um espaço na rede nacional de educação. “A partir de iniciativas pessoais e privadas, esta instituição apresenta-se, à sua fundação, como instituição privada que busca atender às necessidades da educação pública especial” (SILVA, 1995, p. 41).

A primeira APAE iniciou suas atividades em um prédio emprestado pela Sociedade Pestalozzi do Brasil, que foi uma das entidades pioneiras no atendimento de pessoas com deficiência intelectual no Brasil (MAZZOTTA, 1996, p. 46). A entidade constituída passou a contar com sua sede provisória e iniciou o atendimento com cerca de 20 crianças, divididas em duas classes ou salas de aula. A instituição cresceu e se desenvolveu, necessitando de ampliação e de atividades profissionalizantes para os adolescentes e jovens que começaram a fazer parte da associação. Dessa forma, nasceu no Brasil, em novembro de 1958, por iniciativa da professora Olivia Pereira, a primeira Oficina Pedagógica ligada à carpintaria para as pessoas com deficiência, chamada de Centro de Aprendizagem Ocupacional.

Entre os anos de 1954 a 1962 outras APAES foram se instalando no restante do país, onde estão consolidadas até hoje.

No Estado de Santa Catarina, as precursoras ideias de educação especial organizaram-se no ano de 1954, após a visita do professor João Barroso Júnior, técnico de educação do Ministério de Educação e Cultura, que veio ao Estado para divulgar o INES do Rio de Janeiro. No entanto, somente em 1957 é que oficialmente se inicia o atendimento ao público na área da educação especial, com o funcionamento de uma classe especial para crianças deficientes, no Grupo Escolar Dias Velho, posteriormente denominado Grupo Escolar Barreiros Filho.

Mazzotta fez um estudo detalhado do período de 1957 a 1993 procurando identificar as propostas relativas à Educação Especial dessa época. O autor concluiu que havia “incoerências entre os princípios definidos nos textos legais e as propostas consubstanciadas nos planos oficiais” (1999, p. 190). Para ele, isso se deveu à ausência de uma Política Nacional da Educação Especial.

Nesse contexto, uma das primeiras iniciativas do Governo Federal, ao assumir o atendimento educacional aos “excepcionais”, foi a criação de campanhas

voltadas para este fim, buscando reverter tal postura. Os eventos que marcaram a área Educação Especial, a partir da década de 1950, de acordo com Corrêa (2016, s.n.)queserão apresentados a seguir:

Em 1957 foi criada a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB). Instalada no Instituto Nacional de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, tinha por finalidade promover, por todos meios, as medidas necessárias à educação e à assistência em todo território nacional. A Campanha poderia desenvolver ações de forma direta, ou através de convênios com entidades públicas ou particulares.

Em 1958 foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão. Esta, vinculada ao Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro. Dois anos depois, teve seu nome alterado para Campanha Nacional para a Educação dos Cegos (CNEC) e ficou subordinada ao Gabinete do ministro da Educação e Cultura. Os objetivos dessa Campanha e de todas as atividades desenvolvidas a partir dela eram oferecer oportunidades de atendimento educacional aos deficientes da visão. Entre as atividades estavam incluídos o treinamento, a especialização de professores e de técnicos no campo da educação e reabilitação de deficientes visuais.

Em 1960, por influência de movimentos liderados pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e pela Sociedade Pestalozzi, tem início no Rio de Janeiro a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe). A finalidade da Campanha era promover, em todo o território nacional, a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência educacional das crianças retardadas e de outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo. Naquele momento, entendia-se por reabilitação o processo de tratamento de pessoas com deficiência que, mediante o desenvolvimento de programas terapêuticos específicos de natureza médica e psicossocial, visava à melhoria das condições físicas, psíquicas e sociais. A reabilitação, que se caracterizava pela prestação de serviços especializados, desenvolvia-se através de equipe multiprofissional, que realizava também atividades educacionais.

Em 1971 com a aprovação da Lei no 5.692/71, que em seu Art. 9previa “tratamento especial aos excepcionais”, muitas foram as açõesdesenvolvidas com vistas à implantação das novas diretrizes e bases parao ensino de nível fundamental e nível médio.Além disso, dois documentos, na época, deram destaque àEducação Especial. O primeiro foi o Parecer no 848/72, do Conselho Federal de Educação

(CFE). O segundo foi a Carta do presidente da Federação Nacional das APAES, doutor Justino Alves Pereira, solicitando a adoção de medidas urgentes para que o ensino e o amparo aos excepcionais também fossem dinamizados por ocasião da reformulação dos outros setores educacionais. Os dois documentos se complementavam e essa área passou a ser objeto de atenção do MEC e do Conselho Federal da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61, dedicou um capítulo à educação dos excepcionais e a Lei nº 5.692/71 colocou a questão como um caso do ensino regular.

Em 1972 foi formado um grupo de trabalho para delinear a política e as linhas de ação do governo na área da educação de excepcionais. Esse grupo recebeu o nome de Grupo-tarefa da Educação Especial. O Grupo-tarefa foi o responsável, entre outras coisas, pela vinda ao Brasil do norte-americano James Gallagher que fez, em um relatório, propostas para a estruturação da Educação Especial. Este relatório contribuiu com a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de um órgão central responsável pelo atendimento aos excepcionais no Brasil – o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

Em 1973 o CENESP foi criado com a finalidade de promover a expansão e a melhoria do atendimento aos excepcionais. Com a criação do CENESP, foram extintas as Campanhas Nacionais, tanto para a educação dos cegos quanto para a educação e reabilitação de deficientes mentais. O acervo financeiro e patrimonial das campanhas, assim como o acervo financeiro, pessoal e patrimonial do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto Nacional de Surdos (INES) passaram a pertencer ao novo órgão.

Em 1975 foi aprovado pelo Regimento Interno, na Portaria nº 550, de 29 de outubro de 1975, a organização, competência e atribuições do CENESP (CORRÊA, 2016).

Em Santa Catarina, a FCEE buscou consolidar a articulação entre o ensino regular e o especial. O Conselho Estadual de Educação, através da Resolução nº 06/84, fixou normas para a educação especial prevendo a expansão das classes especiais de 142 para 2.000, na rede regular de ensino, para atender à demanda de alunos, analisando os benefícios que iriam ter com esse atendimento. Nessa perspectiva, a Política de Integração da pessoa com deficiência, adotada pelo Estado, implantou salas para atender às necessidades dos educandos com deficiência sensorial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2007) vem contribuindo significativamente para o aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência na educação básica regular, bem como no ensino superior. Aos poucos, as escolas e universidades vêm incorporando em sua cultura o desafio de superar as barreiras físicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais que incidem sobre aqueles que apresentam uma condição distinta do ponto de vista sensorial, físico ou intelectual, de modo a assegurar em sua dinâmica de funcionamento a atenção educacional e institucional que demandam esses estudantes, bem como o enriquecimento do grupo com a valorização das diferenças.

Na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990 a Educação aparece como preocupação mundial. Em 1994 na Espanha, durante a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais, foi aprovada, conforme Moreira (2016, s.n.), a Declaração de Salamanca que estabelece princípios, políticas e práticas voltadas na área das necessidades educativas especiais, aborda os Direitos humanos e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e aponta os princípios de uma educação especial e de uma pedagogia centrada na criança. Com propostas, direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial, com orientações para ações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais. Esta normativa foi incorporada as políticas educacionais brasileiras, visando a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

O Brasil, por sua vez, foi influenciado pelos princípios desses movimentos internacionais a favor de uma educação inclusiva e, foram regulamentadas em seus detalhes pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), tendo um capítulo destinado a Educação Especial e que propõe que deve haver atendimento educacional especializado gratuito aos/as alunos/as com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, tornando obrigatória à disponibilidade das escolas de ensino regular em receber os alunos/as com deficiência. Afirmando também que, segundo o artigo 59 da Lei Nº 9.394, os sistemas de ensino:

Assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996, s.n.).

A década de 90 inaugurou uma série de ações voltadas para a inclusão, em nível internacional, que deflagraram políticas de inclusão de estudantes com deficiência. A inclusão de estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino agora são responsabilidade do sistema regular. Parte-se do pressuposto de que a inclusão educacional é de fundamental importância para a construção de uma sociedade democrática.

Entende-se por inclusão a garantia de que todas as pessoas tenham acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, que deve estar orientada por relações de acolhimento às diferenças e pelo esforço coletivo na equiparação das oportunidades de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida (RAMOS, 2016, p.20).

Em 1997, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC), vieram as adaptações do currículo, havendo a necessidade de adequarem objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, buscando atender as peculiaridades dos alunos/as, priorizando a convivência em grupo, valorizando sua contribuição e respeitando seus limites.

As escolas, muitas vezes sem querer, segregam os/as educandos/as, através de avaliações e separações, a retenção e a aprovação fazem parte da segregação. Há uma seleção que faz com que criem barreiras entre eles/elas. A discriminação é uma dessas barreiras, além de restringir a participação e o convívio com as pessoas sem deficiência, limitando as possibilidades de desenvolvimento e participação na sociedade.

Em 2004, o Ministro da Educação colocou em prática o Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade, buscando mobilizar as escolas para o atendimento dos alunos/as com deficiência.

Dessa forma, Santa Catarina, no ano de 2006, por intermédio da SED e FCEE, com base na lei, instituiu este Documento que define a Política de Educação Especial do Estado, tendo como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, conforme preconiza a Constituição Estadual de 1989.

Além dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no âmbito nacional, a ratificação, em 2008, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, foi central para a propulsão de mudanças tanto no que se refere à educação, como a todas as áreas da vida das Pessoas com Deficiência em nosso país.

A convenção norteou a elaboração e mudanças nas leis, através de oito princípios gerais: a) o respeito inerente à dignidade, autonomia individual, incluindo a liberdade de fazer suas próprias escolhas, e à independência das pessoas; b) não discriminação; c) inclusão e participação plena e efetiva na sociedade; d) respeito pela diferença e aceitação da deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) igualdade de oportunidade; f) acessibilidade; g) igualdade entre homens e mulheres; h) respeito pela capacidade em desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito aos direitos das crianças com deficiência de preservarem suas identidades (BRASIL, 2008). A incorporação desses princípios nos diferentes níveis de ensino pode contribuir para o rompimento das barreiras sociais que obstaculizam a inclusão das pessoas com deficiência e, portanto, para a promoção de processos educativos voltados à garantia dos direitos humanos (GESSER; NUERMBERG, 2015 p.182).

Essa convenção dialoga com o modelo social da deficiência, defendendo que as pessoas com deficiência, assim como as pessoas sem deficiência, têm suas peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que buscam igualdade, que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Esse documento obteve a equivalência de emenda constitucional, valorizando a atuação conjunta entre sociedade civil e governo, buscando defender e garantir condições de vida com dignidade a todas as pessoas com deficiência. A Convenção prevê monitoramento periódico e avança na consolidação diária dos direitos humanos ao permitir que o Brasil relate a sua situação e reconheça que, apesar do muito que já se fez, ainda há muito que fazer em relação à inclusão.

O governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2012-2016) deu atenção específica às pessoas com deficiência, com vistas a ampliar o processo de construção e consolidação da democracia no Brasil. Priorizando, cada vez mais, o diálogo permanente entre sociedade civil e governo na elaboração de políticas públicas, visando à inclusão social, à acessibilidade e ao reconhecimento dos direitos de mais de 24 milhões de brasileiros e brasileiras portadores de algum tipo de deficiência. Por sua vez, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República buscaram gerir a política nacional voltada a esse segmento. Na atualidade um dos grandes desafios dos/as educadores/as brasileiros/as é a busca de uma educação para todos/as que respeitem a diversidade, as minorias, os

direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o conceito de igualdade pelo de equidade, ou seja, a igualdade de direitos respeitando-se as diferenças (GADOTTI, 1993, p. 213).

A presença dos/as estudantes com deficiência nos contextos educacionais tem sido cada vez mais significativa, levando aos/as educadores/as a reavaliarem sua formação e prática pedagógica. Os dados do Censo Escolar de 2014 apontam um aumento significativo no número de estudantes com deficiência no ensino regular.

Enquanto em 1998 havia somente cerca de 200 mil estudantes com deficiência matriculados na educação básica, sendo apenas 13% delas em classes comuns; em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns, totalizando 698.768 estudantes com deficiência matriculados na educação básica regular (BRASIL, 2015, s.n.).

Em 6 de julho de 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Trata-se da Lei nº 13.146, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, s.n.).

Essa lei faz especificações às anteriores. No que tange à educação, o Artigo 27 assim descreve:

Constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, s.n.).

Apesar desse reconhecido avanço, e de que existem leis que abordam a Inclusão, falta ainda embasamento teórico e estrutura para pôr a educação inclusiva em prática, buscando assumir um compromisso pelo direito à educação para todas as crianças, uma vez que existem crianças com diferentes tipos de dificuldades que necessitam da adaptação do currículo, com objetivos claros para que a inclusão aconteça de forma prazerosa e produtiva.

O fato é que a inclusão dos/as alunos/as nas classes comuns é uma obrigação da educação, da escola, para que isso aconteça às políticas públicas

devem apresentar reflexões, buscando informações, adquirindo habilidades, adaptando-se as mudanças, modificar atitudes e comportamentos para que, desta forma a inclusão aconteça da melhor forma possível.

Para que haja o desenvolvimento integral do sujeito, respeitando seus direitos, é fundamental a compreensão e a equiparação de oportunidades, fazendo cumprir deveres e responsabilidades por parte de todos os cidadãos. Concordando que a escola de ser comum:

O modelo social da deficiência e, mais recentemente, o modelo de interpretação da deficiência com base nos Direitos Humanos (Convenção da ONU, 2006) indicam grandes avanços e incluem artefatos de pensamento e planos de ação inclusivos que atingem a todos, pois não temos o direito de diferenciar pessoas pela sua deficiência. Inspirados pela evolução dos modelos de interpretação da deficiência é que exigimos que seja assegurada a pessoas com deficiência o direito à educação em ambientes escolares inclusivos (MANTOAN, 2013, s.n.).

Em consonância com as lutas históricas em âmbito mundial pelos direitos das pessoas com deficiência, os participantes da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que se realizou em 2010, de 28 de março a 1º de abril, propuseram educação inclusiva ampla e irrestrita. O texto da CONAE previa: Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino.

Após a CONAE, o Ministério da Educação incorporou o anseio da sociedade por inclusão escolar em um texto que foi enviado em 2010 para apreciação no Congresso Nacional. O texto é nada menos que o Plano Nacional de Educação (PNE), um conjunto de metas (e suas respectivas estratégias) que diz onde este país quer estar em relação à educação dentro de dez anos.

A escola inclusiva tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o sucesso dos/as alunos/as com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, suprimindo as necessidades apresentadas por cada indivíduo.

A inclusão implica em mudanças, tanto no sistema quanto na escola. Começando pela parte física e continuando até o currículo, que deve ser reestruturado, adaptado, readaptado, transformado e acessível à pessoa com deficiência.

Para isso, é preciso que os sistemas de ensino criem estruturas e programas de apoio aos professores na capacitação e remuneração adequada, e também possibilitem às escolas instrumentalização e espaços adequados que possam estimular o aprendizado dos alunos com deficiência. Para que isso aconteça, faz-se necessária.

Uma política educacional pautada na diversidade e nos direitos humanos traz para o exercício da prática democrática a problematização sobre a construção da igualdade social e a superação das desigualdades. Essa construção pressupõe o reconhecimento da diversidade no desenvolvimento socioeconômico, cultural, econômico e político da sociedade. Por essa razão, a educação como direito fundamental, universal e inalienável deve ser garantida para todos(as), nos diferentes espaços sociais e geopolíticos, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013, p. 34).

1.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS ALTERAÇÕES SEGUNDO OS MARCOS LEGAIS

No Estado de Santa Catarina, o processo de inclusão teve início em 1987. A partir deste ano foi oficializado que todos os/as educandos/as com deficiência fossem matriculados/as na rede regular de ensino, com a difusão da matrícula compulsória que determinou às escolas do sistema a obrigatoriedade da matrícula de todas as crianças em idade escolar, independentemente de suas características ou das condições da escola. Esta medida demandou da Secretaria de Educação (SED) a elaboração de novas diretrizes que dessem sustentação à nova política de educação a ser implantada no Estado. Para seguir à nova política o SED implantou um Plano de Ação para o quadriênio 1988–1991, na esteira da matrícula compulsória, perspectivava a descentralização administrativa de suas ações, pesquisa e extensão e a reorganização curricular.

Em nível federal, no ano de 2001, a Lei nº 10.172 aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, estabelece vinte e sete objetivos e metas para educação especial: sinteticamente, essas metas tratam do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios – inclusive em parceria com as áreas de saúde

e assistência social – visando à ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos; das ações preventivas nas áreas visual e auditiva até a generalização do atendimento aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental; do atendimento extraordinário em classes e escolas especiais ao atendimento preferencial na rede regular de ensino; e da educação continuada dos professores que estão em exercício à formação em instituições de ensino superior (BRASIL, 2001, p. 10-11).

Segundo a Constituição Federal, no Artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, são consideradas pessoas com deficiência as que se enquadram nas seguintes categorias: (1) deficiência física, (2) deficiência auditiva, (3) deficiência visual, (4) deficiência mental e (5) deficiência múltipla. Porém, todos/as têm direito a ter respeitada a sua individualidade (BRASIL, 1999).

Assim, segundo Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE):

Santa Catarina, adotando o princípio de educação inclusiva, instituiu por meio desse Documento a Política de Educação Especial do Estado, garantindo às pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidade atendimento educacional por meio do qual possam desenvolver suas potencialidades para que sejam percebidas pelo outro e por si mesmas como sujeitos de direitos(SANTA CATARINA, 2006, p.21).

Ao adotar o princípio da educação inclusiva, o Estado de Santa Catarina respalda-se nos seguintes documentos oficiais: Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Resolução nº 01 de 1996, Lei Complementar nº 170 de 1998, Decreto Presidencial nº 3.956, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ambos de 2001, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade do MEC e o Decreto no 5.296, ambos de 2004. Dessa forma, a todas as pessoas na faixa etária de zero a 14 anos deverão ter assegurado acesso, mediante a garantia de matrícula e de frequência, às escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e como medida complementar, o poder público, através do sistema de ensino, disponibilizará um conjunto de recursos educacionais e serviços de educação especial que possibilitem a permanência, com qualidade, dos/as educandos/as com deficiência, condutas típicas e altas habilidades nas escolas da rede regular, garantindo-lhes o prosseguimento aos níveis mais elevados de ensino.

São serviços oferecidos pelo poder público de forma direta ou indireta, segundo Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE, 2006, p.27), por meio

das instituições conveniadas com a instituição para atender às necessidades educacionais especiais das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades. Os atendimentos, em educação especial, direcionados aos/as educandos/as da rede regular de ensino, terão caráter de apoio, complemento ou suplemento e podem ser:

1. Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE;
2. Serviço de Atendimento Especializado – SAESP;
3. Turma Bilíngue – LIBRAS/Português, na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental para educandos com deficiência auditiva;
4. Professor intérprete em turmas das séries finais do ensino fundamental, ensino médio, nas modalidades da Educação Básica e no nível superior;
5. Instrutor de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação Básica;
6. Professor de educação especial nas turmas de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, nas quais estiverem matriculados educandos com diagnóstico de condutas típicas ou com severos comprometimentos motores;
7. Acompanhante terapêutico, da área da saúde, aos educandos que necessitem de atendimento individualizado em função de necessidades específicas;
8. Técnico da área da saúde, em escolas onde houver matrícula de alunos da educação especial com comprometimento clínico que demandem supervisão constante.

Santa Catarina é o único estado brasileiro que regularizou a obrigatoriedade do segundo/a professor/a de turma. Segundo PL./0207.3/2013 no seu Art.1º As escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a manter a presença do/a segundo/a professor/a nas salas de aula que tiverem alunos/as com diagnóstico de: deficiência múltipla associada à deficiência mental; deficiência mental que apresenta dependência em atividades de vida prática; deficiência associada a transtornos psiquiátricos; sérios comprometimentos motores e dependência de vida prática; transtorno invasivo de desenvolvimento com sintomatologia exacerbada; transtorno de déficit de atenção com

hiperatividade/impulsividade com sintomas exacerbada; deficiência visual; deficiência auditiva e deficiência motora.

A Lei determinou a obrigatoriedade da inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular. Para atender esta demanda a escola teve que promover mudanças buscando possibilitar a todos/as, sem exceção, um ensino de qualidade que respeitasse as diferenças e especificidades do ser humano, ou seja, na perspectiva da inclusão não é o/a aluno/a que se adapta ao ensino e sim a escola que deve promover meios para que este/a aluno/a acesse ao conhecimento.

A obrigatoriedade de segundo/a professor/a no estado de Santa Catarina restringe a escolas estaduais, não tornando obrigatório que as escolas municipais se adequem a este modelo. Por sua vez, os municípios asseguram a educação inclusiva, criando possibilidades para receber alunos/as com deficiência e adequar o espaço escolar para recebê-los/as. Utilizando do atendimento educacional especializado (AEE) e a Sala de apoio ao estudante com deficiências (SAEDE), buscando promover uma educação para todos.

Os/as deficientes são pessoas com direitos e deveres, como qualquer um/a, é um membro da sociedade e necessita ser educado/a de forma significativa a fim de ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo e estimular seu desejo e confiança para conquistar competência intra e interpessoal. Além do direito a educação tem direito a trabalho, esporte e lazer. Concordando com Maria Regina Cazzaniga Maciel:

Hoje, no Brasil, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho. O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto à socialização do homem (MACIEL, 2000, p. 51).

A partir destas reflexões, discutirei como está sendo feita a inclusão de alunos/as com deficiências nas séries iniciais do ensino fundamental I na escola municipal de ensino fundamental. A pesquisa será realizada com os/as professores/as que possuem alunos/as com deficiência inseridos/as nas classes regulares de ensino nesta escola, estendendo a pesquisa a gestora e a coordenadora pedagógica da instituição. Para realizar essa pesquisa usarei as técnicas qualitativas. Essa combinação permitirá a compreensão do tema em questão.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho enquadra-se no desenho metodológico de pesquisa qualitativa que, segundo Merriam (*apud* RAUEN, 2006, p. 163), é o tipo de pesquisa cujas características centrais são a interação de indivíduos nos seus ambientes sociais, com objetivos de compreender situações específicas, em contextos particulares de interação. Como este tipo de pesquisa busca também entender o problema investigado sob a perspectiva dos/as participantes, ele envolve pesquisa de campo e descreve processos, sentidos e conhecimentos.

1.4.1 Escolha da pesquisa qualitativa

Para esse trabalho, foi escolhido o método de pesquisa qualitativa por entender que o objetivo final deste trabalho não aponta a uma universalização dos resultados, a uma generalização. A contribuição do mesmo está pensada para um universo em particular, a Escola Prefeito Quintiliano João Pacheco. Assim, a pesquisa qualitativa se mostra uma forma de analisar mais profundamente os dados levantados.

A pesquisa qualitativa tem o objetivo de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, sendo capaz de produzir novas informações a respeito da temática estudada. Neste caso, busca-se revelar a realidade social da escola buscando compreender e explicar as relações sociais da inclusão, ou seja, aspectos que não podem ser quantificados.

A pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode mensurar, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Segundo Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 22).

Assim sendo, quando se trata do sujeito, leva em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais detalhes não podem ser traduzidos apenas em números.

Pesquisa pode significar:

Condição de consciência crítica e cabe com o componente necessário de toda proposta emancipatória. Para não ser mero objeto de pressões alheias, é mister encarar a realidade com espírito crítico, tornando-a palco de possível construção social alternativa. Aí, já não se trata de copiar a realidade, mas de reconstruí-la conforme nossos interesses e esperanças. É preciso Construir a necessidade de construir caminhos, não receitas que tendem a destruir o desafio de construção (DEMO, 2006, p. 121).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Tal característica definiu a escolha desse método de pesquisa qualitativa para o trabalho.

1.4.2 Instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados para esta pesquisa foi um grande desafio. Como o PPP, principal instrumento de análise, ainda está em processo de produção, foi necessário recorrer a outras fontes de informação: pesquisa documental e questionário com professores/as. Ainda foram realizadas conversas informais sobre a inclusão na escola pesquisada, visto que eu trabalho como professora auxiliar nesta instituição.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental refere-se a coleta de dados escritos ou não, que não possuem tratamento analítico. A ausência de tratamento analítico na pesquisa documental é o que a diferencia da pesquisa bibliográfica, na qual se tem análises e discussões feitas por outros autores. Os documentos escritos podem ser primários ou secundários, e contemporâneos ou retrospectivos. Documentos contemporâneos primários são aqueles compilados na ocasião pelo autor, como documentos de arquivos públicos ou privados e censos. Documentos contemporâneos secundários são transcritos de fontes primárias contemporâneas, por exemplo, estudo histórico recorrendo a documentos originais e

pesquisas estatísticas baseadas em dados de censo. Documentos retrospectivos primários são compilados após o acontecimento pelo autor, tais como diários e autobiografias. Documentos retrospectivos secundários são transcritos de fontes primárias retrospectivas, como pesquisa recorrendo a diários ou autobiografias.

A pesquisa documental apresenta algumas vantagens, como baixo custo, facilidade (considerando que não há contato com sujeitos na pesquisa, que gera maiores dificuldades), e que os documentos são uma fonte estável de informações. Porém, também possui limitações, tal como a subjetividade dos documentos. Tal crítica tornou necessário acrescentar outro método ao trabalho, que levasse em consideração a realidade social da escola: um questionário. No que diz respeito ao questionário, este é um método classificado como de observação direta extensiva. Em termos de Lakatos, “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 201). As perguntas presentes no questionário podem ser abertas ou fechadas, sendo abertas aquelas que permitem uma resposta livre, e fechadas aquelas com alternativas de resposta definidas. Quanto às perguntas fechadas, podem permitir respostas dicotômicas (respostas se opõe), de múltipla escolha (várias alternativas) ou em escala (alternativas em escala, de menor a maior).

Esse método possui como vantagens economia de tempo, economia pessoal (menor trabalho de campo), obtenção de respostas mais rápidas e precisas, maior segurança e menor risco de distorção pelo anonimato. E também possui limitações, no que diz respeito à impossibilidade de ajudar informante em questões mal compreendidas, não ter controle em questões sem resposta ou pessoas que se recusam a participar, impossibilidade de verificação por desconhecer circunstâncias em que foram preenchidos. Além disso, a dificuldade de marcar horário para entrevista com as professoras, a resistência em participar da pesquisa e, sobretudo, a falta de tempo das professoras devido a carga horária de aulas, foram fatores determinantes na escolha do questionário.

No presente trabalho, a combinação dos métodos de análise documental e questionário, tendo em vista as referências bibliográficas no assunto, permitiu cumprir com o objetivo de investigar as ações educativas referentes à inclusão de alunos/as na escola analisada.

Para a elaboração do questionário foram utilizadas questões sobre a formação e capacitação dos/as profissionais da escola, e quanto à deficiência que cada um dos alunos/as apresenta. O questionário conta com cabeçalho contendo informações sobre a instituição e sobre a especialista que realizará o questionário (ver questionário utilizado no Anexo A). Em seguida, foi informado que o questionário era anônimo e que os dados seriam usados apenas para fins acadêmicos assegurando a privacidade das pessoas segundo Resolução CNS nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no código civil, artigo 20, além de enfatizar a importância de cada um dos professores. Os participantes da pesquisa, todas professoras do ensino fundamental I, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, que conta em anexo, pois a pesquisa mantém compromisso com a confiabilidade e confidencialidade dos dados dos participantes.

Para conhecer o perfil dos profissionais que trabalham com alunos/as deficientes no Ensino Fundamental I na escola pesquisada, o questionário é composto com quatro perguntas de ordem fechada (objetiva) que abordam: série que atuam no ano de 2016, dificuldades encontradas nesse trabalho, se acredita no processo de inclusão no ensino regular, se observam diferenças no tratamento entre alunos/as na sala de aula e como é realizado o acolhimento dos/as alunos/as com deficiência. Posteriormente, há outras oito perguntas, cinco questões abertas (discursivas) e três fechadas e abertas (alternativas com justificativas), que compuseram o corpo do questionário.

O problema a ser investigado tem como origem uma situação que provoca discussão entre os/as educadores/as: os métodos de planejamento e avaliação usados por eles/as. Esses estão sendo pensados para incluir os/as alunos/as com deficiência. A partir da identificação do problema, foram elaboradas questões específicas sobre formação, cursos de formação continuada, suporte da escola e apoio pedagógico. Foram questionadas ainda as dificuldades encontradas quanto a ensinar, planejar e falta de recursos e materiais.

1.4.3 Amostras da pesquisa

No que diz respeito à entrada no campo da pesquisa e à coleta de dados, nos deparamos com facilidades e dificuldades. Nesta pesquisa uma facilidade foi o fato da pesquisadora ser professora da instituição e colega das demais participantes da pesquisa ajudou na coleta dos dados. A dificuldade foi o desinteresse dos profissionais em se comprometer no ambiente de trabalho e os possíveis impactos que a participação na pesquisa pode ter para o ambiente. O questionário teve uma amostra não probabilística, isto é, não aleatória, pois as professoras pesquisadas foram selecionadas. Todas as professoras que responderam ao questionário são professoras da rede que compõem o corpo docente da instituição e são moradoras do município de São João do Sul. A coleta de dados foi realizada durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2016.

Além de conversas diárias com os/as colegas da instituição, foram encaminhados questionários a todos/as os/as professores/as do Ensino Fundamental I, que possuíam na classe alunos/as com deficiência. Inicialmente, a análise pretendia envolver todos/as professores/as da escola, pois em algum momento de sua trajetória possuíam alunos/as com deficiência, contudo, alguns/as professores/as tiveram dificuldades em encontrar tempo hábil para responder as perguntas, pois muitos desses/as profissionais trabalham em três escolas diferentes e possuem sua carga horária fechada, sem horas vagas para serem abordados/as. Outra questão é ser professor/a de um município pequeno e não querer se comprometer em relação as questões abordada. Desta maneira, julgou-se prudente realizar os questionários com professores/as que trabalham em horários semelhantes, que possuíam disponibilidade em responder aos questionamentos e questionários, e que tinham alunos/as com deficiência em suas classes. Desse modo, quatro (4) professoras e a coordenadora pedagógica responderam o instrumento.

Quanto à análise documental, o documento analisado se trata do Plano Político Pedagógico, um documento classificado como contemporâneo primário. Foram analisados os Planos Políticos Pedagógicos da Escola de Educação Básica Maria Solange Lopes de Borba (que inicialmente era utilizado pela Quintiliano) e da

Escola de Ensino Fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco, ambas localizadas no município de São João do Sul – SC. O primeiro já foi finalizado em 2012, e o segundo está em fase de elaboração. O PPP da Escola de Ensino Fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco trata-se atualmente de um texto de apenas uma página, não estruturado.

Para obter a informação referente aos/as alunos/as com deficiência que foram acolhidos pela instituição foi preciso recorrer a pesquisa documental nos arquivos da escola (pastas de alunos/as), além de conversas com a equipe diretiva da escola ajudando com informações que não estavam presentes nas pastas de arquivos. Outro fato que me auxiliou foi eu ter sido professora na instituição em 2012, 2013, 2014 e 2016.

2 A INCLUSÃO NA ESCOLA PREFEITO QUINTILIANO JOÃO PACHECO

2.1 A ESCOLA

A escola de Ensino Fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco foi criada pelo decreto 1623/12 em 06 de março de 2012, recebendo alunos/as que eram da rede estadual de ensino e funcionando em prédio cedido pelo Estado. Usando essas instalações por quatro anos.

Figura 1- Fachada da Escola



Fonte: Da autora (2016).

A inauguração do prédio próprio ocorreu em 8 de abril de 2016, a escola tem um modelo padrão desenhado pelo governo Federal, já disponibilizando adaptações no espaço físico para garantir acessibilidade a todos/as os/as estudantes. A infraestrutura está organizada em blocos: No bloco A, encontra-se a estrutura administrativa, composto por: Direção, Coordenação Pedagógica, Administração, Almoxarifado, Sala de Professor e dois banheiros. O Bloco B é composto por:

biblioteca, auditório, sala de multiuso de reuniões; o Bloco C é composto por: laboratório de informática, laboratório de ciências e sala do AEE; o Bloco D, composto por cozinha industrial, depósito de alimentos, depósito de material de higiene, banheiro, vestiário, refeitório e Área de serviço.

O Bloco E, comporta por quatro salas de aula; o Bloco F e G são compostos cada um por quatro salas de aula e banheiros e o Bloco H é composto por quadra poliesportiva, campo de grama sintética, parque Infantil, vestiários e banheiros.

A Escola totaliza doze salas de aula, destas, quatro são salas temáticas, sendo: academia de educação física, sala de educação física, sala de artes, sala multimídia.

A escola conta com um laboratório de tablets educacional, lousas digitais, TVs, aparelhos de DVD e Projetores multimídias, disponível para a utilização em sala de aula, como um recurso pedagógico.

Em 2016 houve a junção de duas escolas, funcionando em prédio compartilhado a EEF Prefeito Quintiliano João Pacheco em que oferta: Educação infantil (duas turmas de pré-escolar), Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano (dez turmas), Educação Especial, Atividades de contra-turno. A modalidade EJA é ofertada no turno noturno nos níveis e Alfabetização, Ensino fundamental 2º seguimento e Ensino Médio (composto por quinze (15) turmas, sendo uma de Alfabetização, 6 de Ensino Fundamental 2º Seguimento e 8 de Ensino Médio). Nesse Prédio funciona Núcleo de Apoio de Captaçãodo pólo de Sombrio da UNINTER.

2.2 OS/AS ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA

A Escola de Ensino Fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco está iniciando sua trajetória e se consolidando como uma instituição que visa melhorias no processo de inclusão.

Em seus cinco anos de existência, a escola recebeu dezenove alunos/as com deficiência, mostrados na tabela a seguir. Alguns permaneceram apenas um ano e outros completaram o ciclo do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).

Tabela 1 - Alunos/as com deficiência matriculados na escola nos últimos anos.

Ano	Alunos/as	Fase	Gênero	Idade	Deficiência
2012	1	3º ano	Feminino	9 anos	intelectual
2013	1	1º ano	Masculino	6 anos	intelectual/hiperativo
	1	4º ano	Feminino	10 anos	intelectual
2014	1	1º ano	Feminino	7 anos	intelectual
	1	1º ano	Feminino	6 anos	intelectual
	1	2º ano	Masculino	7 anos	duchenne
	1	5º ano	Feminino	11 anos	intelectual
2015	1	1º ano	Feminino	7 anos	Down
	1	2º ano	Masculino	8 anos	intelectual
	1	2º ano	Feminino	8 anos	intelectual
	1	2º ano	Feminino	7 anos	intelectual
2016	1	Pré-escolar	Feminino	5 anos	física
	1	1º ano	Masculino	7 anos	intelectual
	1	2º ano	Feminino	8 anos	Intelectual/visual
	1	2º ano	Feminino	8 anos	Down/autismo/hiperatividade
	1	3º ano	Masculino	10 anos	Autismo/hiperatividade
	1	3º ano	Masculino	9 anos	intelectual
	1	3º ano	Feminino	9 anos	intelectual
	1	3º ano	Feminino	8 anos	intelectual

Fonte: Da autora (2016).

A Escola conta apenas com o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. A partir do 6º ano os alunos/as são atendidos na escola estadual EEB. Maria Solange Lopes de Borba.

No ano de 2016, estavam matriculados na escola oito alunos/as com algum tipo de deficiência, sendo cinco meninas e três meninos. Nem todos/as os/as alunos/as contaram com o auxílio de segundo/a professor/a, pois com o corte de gastos na folha de pagamento, a secretaria de educação não contratou profissionais para essa área, e estipulou um único segundo professor para cada escola da rede municipal. Desta maneira, o/a professor/a contratado trabalharia com o caso tido como prioritário: uma aluna do segundo ano que possui síndrome de *down*, autismo combinado com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade).

No mês de julho a escola recebeu um aluno de transferência para o terceiro ano, que possui autismo leve combinado com outras síndromes. A professora titular do terceiro ano fez o pedido de um segundo professor, pois a turma já possuía dois alunos com deficiência intelectual, e recebeu outro aluno. Em setembro a turma recebeu uma segunda professoradeturma que, por acaso, sou eu. Portanto, somente a aluna do segundo ano foi agraciada com uma segunda professora durante todo o ano. Desse modo, as turmas de terceiro e primeiro ano receberam auxílio de segundo professor a partir do mês de setembro, e as demais turmas não receberam esse auxílio.

Importante salientar que todos/as os/as alunos/as com deficiência matriculados/as na escola são assistidos pela APAE, sendo alguns com acompanhamentos permanentes e outros que já receberam alta, mas continuam com acompanhamentos periódicos. Esse suporte é feito com assistência de médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e neurologistas. A secretaria de educação disponibiliza ainda psicóloga e fonoaudióloga que fazem intervenções mensais com estes/as alunos/as. A escola conta com atendimento na Sala de apoio ao estudante com deficiências (SAEDE), no período inverso da aula, por duas horas semanais, onde a pedagoga especialista trabalha de maneira diferenciada e aplica métodos para a alfabetização destes/as alunos/as, em parceria com as professoras titulares.

Em geral estes alunos/as que apresentam TDAH combinado com outra síndrome mostram dificuldades na escola e no relacionamento com demais colegas, pais e professores/as. Manifestam problemas de comportamento, como por exemplo, dificuldades com regras e limites.

Todos/asosalunos/as são tratados com medicação (grande parte com ritalina), esse tratamento é indicado pelo médico e mediante receituário a família faz a intervenção dos remédios, para que consigam concentrar-se durante as aulas, visto que possuem sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. Esse ponto reflete o modo como a deficiência é vista na sociedade pelo modelo biomédico. A deficiência é vista como um impedimento que deve ser remediado. No entanto, não é analisado o modo como a medicação influencia os/as alunos/as. O tratamento não precisa ser necessariamente e unicamente a medicação, poderiam ser buscadas outras ações pedagógicas que permitissem incluir os/as alunos/as nas atividades escolares.

2.3 OS/AS PROFISSIONAIS DA ESCOLA E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2.3.1 Os/as profissionais da escola de ensino Fundamental Quintiliano João Pacheco: Análise e discussão dos dados

No quadro de funcionários da escola há trinta e cinco profissionais destinados/as à educação, sendo um professor/a com habilitação de Ensino Médio Magistério, um professor/a com Ensino Superior Bacharel, um professor/a com Ensino Superior incompleto, três professores/as com Ensino superior Licenciatura em Pedagogia, e vinte e nove Professores/as Especialistas. A escola conta ainda com equipe de apoio escolar um Auxiliar de Ensino, um Auxiliar de Biblioteca, quatro Auxiliares de Serviços Gerais, um/a Interprete de Libras, um Técnico em Administração Escolar, uma Orientadora Pedagógica e uma gestora. A Educação de Jovens e Adultos possui oito professores/as e um interprete de Libras. A tabela a seguir representa o perfil das cinco professoras que responderam ao questionário.

Tabela 2 – Perfil das professoras interlocutoras da pesquisa

Dados da Pesquisa	Participante 1	Participante 2	Participante 3	Participante 4	Participante 5
Gênero	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Idade	De 25 a 35 anos	De 25 a 35 anos	De 35 a 45 anos	De 35 a 45 anos	De 35 a 45 anos
Formação	Pós Graduada	Pós Graduada	Magistério	Pós Graduada	Pós Graduada
Série que atua	1º ano	1º ano	3º ano	3º ano	Coordenação pedagógica
Possui aluno/a deficiente na classe 2016	sim	sim	sim	sim	sim
Recebeu treinamento ou orientação ao receber alunos/as com deficiência	Não	Sim	Não	Sim	Não
Carga horária	30 horas	20 horas	40 horas	40 horas	60 horas

Fonte: Da autora (2016)

De acordo com as informações exibidas no quadro acima, retiradas do questionário aplicado para a pesquisa (ver anexo A), verifica-se que, quanto à graduação, quatro professoras são graduadas em pedagogia e possuem pós graduação. Dos/as professores/as de Ensino fundamental I da instituição que possuem alunos/as com deficiência, apenas a professora do 2º ano não quis participar da pesquisa e não respondeu ao questionário. A professora de Educação Infantil pré-escolar respondeu ao questionário e à conversa informal sobre a inclusão. Nos questionários realizados com professores/as que atuam em classes regulares em que há alunos/as com deficiência, destaca-se em primeiro lugar a necessidade de uma formação específica, sem a qual o/a professor/a passa a sentir-se uma “vítima” no processo, tão excluído quanto o/a aluno/a, tendo que buscar por si só atualização para planejar estratégias que visem dar a oportunidade para que a inclusão aconteça. Dos 35 professores/as da escola, 5 possuem a capacitação específica. Desse modo, há cinco professores/as que possuem alunos/as com deficiências em suas aulas, mas não tem a capacitação necessária para atendê-los/as da maneira adequada.

Entre as declarações destes/as profissionais, destacam-se falas como: “Não recebi orientação ou treinamento para trabalhar a inclusão a não ser na graduação” (professora 2, regente do 1º ano vespertino) e “Tenho dificuldades em trabalhar com recursos direcionados aos alunos com deficiência” (professora 3, regente do 3º ano matutino).

As principais dificuldades destacadas nos questionários são a dificuldade em planejar e atuar com esses/as alunos/as, a ausência da família em relação às atividades escolares, a falta de diálogo entre professores/as e a orientadora pedagógica, falta de orientação da escola em relação às limitações e possibilidade de trabalhar com material diferenciado.

A professora 3, regente do 3º ano matutino, por exemplo, afirma:

Tenho dificuldades em planejar e atuar, ainda mais sem a presença de um segundo professor. Pois possuo matriculado na turma três alunos com deficiência, dois com DI (Deficiência intelectual) e um com autismo. No início do ano eram os dois primeiros casos, com a chegada do terceiro caso fiz a solicitação de um segundo professor/a, que foi contratado somente depois da eleição. Ficando desta forma quatro meses sem ajuda. Uma outra preocupação é a recusa do aluno autista em participar da aula, fica isolado, cantando ou fazendo ruídos (PROFESSORA 3 – QUESTIONÁRIO, 2016)

Além das dificuldades encontradas em relação a planejamento, atuação, avaliação e métodos, a professora do 3º ano vespertino afirma que:

Depois de planejar e aplicar novas técnicas, não recebo um retorno da turma em relação à atividade. Pois, os próprios alunos questionam por que as avaliações são diferentes, explico que as avaliações envolvem os mesmos conteúdos, porém alguns estão em um estágio mais elevado do que outros (PROFESSORA 4 - QUESTIONÁRIO, 2016).

Segundo o relato da professora da pré-escola, 1º e do 2º ano, outra falha é a falta de treinamento, cursos e orientações para trabalhar com alunos/as com deficiência.

Uma queixa recorrente das docentes que responderam ao questionário é de não se sentirem preparadas para trabalhar com esse público, pois a formação lhes parece falha. Falta de suporte na formação inicial e ao longo da caminhada educacional, além da falta de discussão sobre a inclusão, por esse motivo alguns/as se sentem angustiados/as, pois a cobrança pessoal individual é muito grande.

O município participa há três anos do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa). Essa iniciativa do Ministério da Educação conta com a participação articulada do Governo Federal e dos Governos estaduais e municipais, dispostos a mobilizar seus esforços e recursos, buscando a valorização dos profissionais da educação, dando apoio pedagógico, materiais didáticos e visando as adequações sobre a avaliação. Contudo, a grande maioria dos/as professores/as do primeiro ciclo (1º, 2º e 3º ano) são profissionais do quadro ACT (Admitidos em Caráter Temporário) do município e não conseguem dar continuidade ao curso. A formação continuada é de grande valia ao planejamento, metodologia e avaliação, porém o professor/a que participa do curso não dá continuidade ao programa.

O baixo desempenho dos/as alunos/as com deficiência da escola desencadearam reflexões na escola sobre o processo de ensino-aprendizagem e a adesão de práticas educacionais que permitam novas abordagens, métodos de ensino e avaliações diferenciadas, permitindo práticas educacionais inclusivas. O baixo desempenho está relacionado ao não planejar e não aplicar atividades diferenciadas para os/as alunos/as com deficiências, as ações devem ser articuladas com a capacidade de resposta de cada indivíduo e seu avanço durante o processo de ensino aprendizagem.

Na Educação inclusiva, segundo o professor Emílio Figueira (2015),

o/a aluno/a precisa passar pela modalidade de avaliação formativa (processual), caracterizada, principalmente, por ser:

- a) Integral: abrangendo todas as áreas de desenvolvimento sócio afetiva, psicomotora e cognitiva.
- b) Interativa: comprometendo nesse processo, além do professor, demais educadores e membros da escola, os próprios alunos e seus familiares.
- c) Contínua: realizada em diferentes momentos e através de diversos procedimentos.
- d) Acumulativa: os principais conteúdos (conceitos, fatos, procedimentos, valores e atitudes) trabalhados em cada etapa serão aprofundados e reavaliados nas etapas seguintes.
- e) Diferenciada: definiremos metas de aprendizagem adaptadas e/ou instrumentos/intervenções diferenciados, para avaliarmos, de maneira justa, o desempenho dos alunos que, por fatores diversos, estejam com dificuldade de superar os desafios propostos ao seu grupo-classe (FIGUEIRA, 2015, s.n).

Nesse sentido, a professora do 3º ano matutino, comenta que avalia um aluno com deficiência de sua turma através da evolução que apresentou durante o semestre ou ano letivo. Outra forma de avaliação usada por esta docente é a elaboração uma prova diferenciada dentro das possibilidades e individualidades de cada aluno/a. Por exemplo, ao trabalhar fração com denominadores iguais, adição e subtração com números fracionários, ela elaborou uma prova com números menores para os alunos/as com deficiência intelectual, representando as frações através de desenho enquanto os/as demais alunos/as da turma escrevem por extenso essas representações. Essas técnicas dependem da percepção do/a professor/a, e de quanto tempo dispõe para esse planejamento.

É importante salientar que os/as alunos/as com deficiência nem sempre conseguem acompanhar a complexidade dos conteúdos. Alguns estão em processo de alfabetização, pois mesmo estando no 2º e 3º ano não leem as sílabas complexas, não interpretam e não fazem cálculos, a não ser com auxílio de material concreto. Outros/as alunos/as ainda possuem um tempo diferente de aprendizagem, levando um tempo maior para mostrar conhecimento do que foi estudado.

Conforme equipe diretiva da escola: “a educação escolar é uma construção feita e consolidada através de estímulos, buscando alternativas para tornar a escola um lugar de construção da cidadania e conquista de direitos, formando pessoas autônomas, críticas, criativas e conscientes de seu papel na transformação da sociedade”. Enquanto gestoras da instituição buscam na secretaria de educação suporte para os/as alunos/as com deficiências, pois nem todos os alunos/as que

chegam a escola possuem laudo médico, muitas vezes a escola incentiva aos pais a marcar uma avaliação na APAE. A educação tem por finalidade desenvolver o/a educando/a, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em seus estudos posteriores.

Todas as professoras que participaram do questionário defendem que o currículo deve ser trabalhado procurando atender as necessidades e interesses da comunidade escolar, levando em consideração o conhecimento anterior dos/as alunos/as e as suas experiências fora da escola. A aprendizagem se realiza através da interação entre sujeitos que tem um mesmo objetivo a construção social do conhecimento. O espaço pedagógico favorece o trabalho em grupo, o diálogo e a cooperação. Os/as alunos/as têm acesso aos materiais de uso frequente. O espaço de aprendizagem ocorre nos múltiplos espaços da escola.

O posicionamento das docentes marca, portanto, o desejo de levar adiante uma educação inclusiva, contudo, é preciso reconhecer que, na prática há limitações. Como o município de São João do Sul é relativamente pequeno, não existem cursos presenciais a menos de 50 km para os/as professores/as que buscam capacitação. Essa distância demanda maior tempo e gasto, e atrapalha a busca por novas metodologias e conhecimentos na área de inclusão na escola. Para facilitar as dificuldades encontradas, a secretaria de educação poderia buscar maneiras para aproximar os/as educadores/as dos cursos de educação continuada. Essa não é a realidade encontrada na escola, porém seria o ideal.

Nos anos de 2014, 2015 e 2016, a Secretaria de Educação aderiu ao PNAIC. Nesse contexto houve um único curso oferecido aos professores/as do primeiro ciclo do ensino fundamental I (1º, 2º e 3º anos), que auxiliou os/as alfabetizadores/as a organizarem suas sequências didáticas.

A partir do início do curso em outubro de 2016, a escola começou a discutir a inclusão de uma forma aberta, anteriormente as discussões eram feitas pelos professores individualmente ou em pequenos grupos, com a coordenadora pedagógica. Participaram do curso para doze professores/as e quatro coordenadores pedagógicos da rede municipal. Da escola Prefeito Quintiliano João Pacheco participaram cinco professoras, entre elas quatro das que responderam ao questionário desta pesquisa.

Durante o desenvolvimento do curso, os professores/as trouxeram suas angústias em relação aos conteúdos trabalhados e levantaram questões sobre a retenção dos alunos/as no final do primeiro ciclo. Durante a abordagem da elaboração do currículo e da avaliação, foram discutidos o processo de inclusão de alunos/as com deficiência na classe regular, e a mudança significativa que deverão ocorrer no currículo e nas formas de avaliação para tornar as escolas efetivamente inclusivas.

1.1.1 PPP da escola e seus pressupostos sobre inclusão

Considerando a Lei nº 9394/96, para garantir a formação básica do educando, o disposto nos artigos 12, 13 e 14 visam à elaboração do Projeto Político Pedagógico(PPP), para garantir a qualidade do ensino e o bom desempenho do aluno durante a educação básica.

Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Art. 13 - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art. 14 - participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (BRASIL, 1996).

A escola deve Elaborar um documento que retrate: valorizar a cultura, a história e as experiências anteriores; os anseios da comunidade escolar; organizar o trabalho escolar contribuindo para uma educação de caráter transformador; aprovar um documento que possa ser orientador das ações pedagógicas e administrativas da escola, que esteja em consonância com as necessidades: sócio, políticas, econômicas e culturais da comunidade e de acordo com as políticas Públicas emanadas da SEED/PR e instâncias superiores.

O PPP deve explicitar as características que gestores, equipe diretiva, professores, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar pretendem construir na unidade e qual formação querem para quem ali esteja incluído. Auxiliando a equipe escolar e a comunidade a transformar sua realidade em algo melhor.

O atual Projeto Político Pedagógico mostra as últimas alterações feitas durante o ano de 2016. Essa versão foi entregue a Associação de Pais e Professores (APP) da escola no último plantão pedagógico, ocorrido no mês de novembro de 2016. O documento não foi aprovado pela APP e pelo conselho deliberativo da Instituição, pois os membros vão fazer leitura prévia e discutir se há necessidade de ajustes, podendo sofrer alterações e vir a ser aprovado no próximo ano letivo quando a APP e Conselho deliberativo se reunirão com o corpo docente no início do ano letivo de 2017.

O texto que consta de seis páginas inclui as seguintes temáticas: a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas e diversificadas pode ser pensada como um recurso, possibilitando o acesso de todos/as os/as alunos/as a rede de ensino, estratégias essas relacionadas à utilização de recursos adaptados aos alunos/as com deficiência, podendo ser acionadas de acordo com a necessidade de cada aluno. Esses recursos podem ser simples, oferecendo oportunidade para que estes alunos/as participem das aulas. As estratégias podem ser: planejamento da aula, apresentação de ideias, aula expositiva e dialogada, debates, dramatização, pesquisa individual ou grupo, projetos desenvolvidos pelo professor/a regente, estudo dirigido, estudo do meio, trabalhos em grupo e ainda atividades em dupla.

A partir de sua leitura do antigo PPP (2015), percebeu-se que o documento é raso, incapaz de delimitar todas as funções e atividades da escola, e que ainda é falho em relação ao tema inclusão. O único parágrafo relacionado à inclusão traz a frase: “Que a inclusão deve seguir LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais e sugestões da educação inclusiva”. Além desse trecho, nada mais faz jus ao processo de incluir. Sendo assim, a escola deveria recorrer aos documentos oficiais no processo de inclusão, pois o PPP não salientava os princípios de inclusão a ser seguido.

Apesar de que este documento é muito inicial e não reflete a realidade vivida na escola, é preciso esclarecer que a Escola Prefeito Quintiliano João Pacheco procura trabalhar para incluir todas as crianças com deficiência nas classes regulares em todas as séries e cursos. Em 2016 com a inauguração da sede própria da escola, houve a implantação de uma das salas para o atendimento SAEDE (Serviço de Atendimento Educacional Especializado) com dez horas semanais, que tem como principal atividade o atendimento pedagógico especializado para os/as alunos/as com deficiências intelectual, auditiva, visual, múltipla, transtorno global de

desenvolvimento e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Possui uma única turma com segundo/a professor/a de turma, que tem por função co-reger a classe em parceria com o professor titular, contribuir, em função de seu conhecimento específico, com a proposição de estratégias para qualificar a prática pedagógica. Este deve acompanhar o processo de ensino aprendizagem de todos/as os/as educandos/as, junto com o/a professor/a titular, não definindo objetivos funcionais para uns e acadêmicos para outros.

Acredita-se que discussão para construção do PPP deve iniciar sobre o currículo, discutir o que está nos documentos oficiais e a grande distância entre o que se pretende e o que a escola vivencia. Ao adotar o princípio da educação inclusiva, o PPP deverá respaldar-se nos seguintes documentos oficiais: Constituição Federal de 1998, Constituição Estadual de 1989, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Resolução nº. 01 de 1996, Lei Complementar nº. 170/98 do Estado de Santa Catarina, Decreto Presidencial nº 3.956, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ambos de 2001, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade do MEC e o Decreto 5.296, ambos de 2004.

Nesse processo deve-se dar ênfase nas discussões, articular com a equipe diretiva, pedagógica, corpo docente, os/as próprios/as estudantes e a comunidade escolar. É importante que a escola seja avaliada, discutindo sua organização e monitoramento das ações inclusivas.

Entre os instrumentos a ser repensados está, por um lado, o planejamento de aula diferenciado, com intervenções e estratégias adequadas, o/a professor/a deve analisar os métodos de avaliação. O/a educador/a pode desempenhar um importantíssimo papel na percepção de que os/as alunos/as têm potencialidades e necessidades diferentes. A inclusão, não se restringe a alunos/as com deficiência, mas abrange todas as pessoas. Por outro lado, deve considerar-se avaliação formativa, buscando a formação integral do sujeito, independente de sua deficiência, buscando seu crescimento no processo de ensino-aprendizagem. Na avaliação qualitativa, o/a professor/a deve pensar estratégias para que o/a aluno/a com deficiência não seja prejudicado/a, priorizando suas especificidades, capacidades e habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós educadores/as temos a obrigação de entender e reconhecer o/a outro/a, compreendendo suas diferenças. A educação deve acolher todas as pessoas, sem exceção, buscando igualar as oportunidades, para que as pessoas com deficiência mental, física ou para os/as superdotados/as, para todas as minorias e para as crianças que são discriminadas por qualquer outro motivo. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, classe social ou cor da pele que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade.

No Brasil, o maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A nossa Constituição garante desde 1988 o acesso de todos/as à rede regular de ensino, sendo que os/as alunos/as com deficiência devem receber atendimento especializado preferencialmente na escola, com profissionais do atendimento especializado (AE) e por todos os profissionais que trabalham na escola. As escolas devem preparar-se para incluir possíveis alunos/as com diferentes deficiências, fazendo adaptações físicas, oferecendo atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Além disso, os/as profissionais devem ser capacitados/as. É preciso capacitar os/as profissionais da educação para trabalhar com as diferenças, buscando prepará-los/as para enfrentar suas necessidades individuais e peculiaridades, buscando a autonomia de seus/as educandos/as.

A escola inclusiva identifica a deficiência e atende a essa diversidade humana, mudando o enfoque da educação, adaptando toda a escola, se modificando para receber os alunos/as.

Na atualidade a educação Inclusiva é tema de constantes debates devido ao desafio que representa para toda a comunidade escolar.

Ensinar é desenvolver o raciocínio lógico, estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Nós como educadores/as, devemos procurar alternativas para aumentar a motivação para a aprendizagem, desenvolver a autoconfiança, a organização, concentração, atenção, raciocínio lógico-dedutivo e o senso cooperativo, desenvolvendo a socialização e aumentando as interações do indivíduo com outras pessoas.

Para que a escola acolha a inclusão, deve-se, em primeiro lugar, desenvolver debates abertos sobre inclusão. Esses devem envolver professores/as, técnicos/as e coordenadores/as.

Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. É permitir que todas as pessoas sejam bem tratadas e acolhidos/as pelo ambiente escolar, e os debates devem ter o intuito de discutir maneiras efetivas para que isso ocorra.

Os debates devem começar com conceitos gerais, definindo as diversidades encontradas na escola (diferenças raciais e de classe, tipos de deficiência). Em seguida, tratar do que consta na legislação sobre inclusão na escola. Nas discussões, devem ser analisadas as dificuldades encontradas no ensino dos/as alunos /as com deficiência na Escola Quintiliano, e propor ações para colocar em prática. Todas estas propostas devem compor o PPP da escola.

O PPP deve nortear a equipe pedagógica, dando suporte para que haja a valorização à cultura, a história e as experiências anteriores, o/a educando/a é formado por um ser social, que antes de ser aluno/a já pertence a uma sociedade. As ações colocadas em prática devem ser avaliadas periodicamente, buscando perceber quais práticas foram efetivas em sala de aula e quais não.

As práticas pedagógicas precisam ser revistas, as atividades devem ser selecionadas e planejadas para que todos/as aprendam, buscando estratégias e dinâmicas que permitam um aprendizado, dando liberdade para aprender e ensinar, de acordo com as suas condições. E isso vale para os/as estudantes com deficiência ou não.

Uma das maneiras de trabalhar essa resistência em debater sobre o PPP é a discussão dessa construção histórico-social, tendo percepção da evolução nas formas em que a inclusão ocorre. O movimento em defesa da inclusão aconteceu fora dos muros da escola, na sociedade civil e, desta forma as mudanças sociais geram mudanças na educação e no currículo escolar.

O desafio foi buscar em minhas memórias e experiências cotidianas cenas que integram essa realidade, refletir sobre minha prática pedagógica, minhas dúvidas e meus anseios.

Os/as professores/as que participaram desta pesquisa salientaram a importância de uma formação continuada, que é essencial para conseguir adequar o ensino gradativamente. Os treinamentos podem ser em forma de complementação

em educação especial ou até mesmo curso sobre a inclusão. O ideal é que nos debates sejam detectados os principais pontos a serem revistos e melhorados, e que sejam feitos treinamentos pautados em obter conhecimento para gerar essas melhorias.

Alguns/as professores/as citaram também o desconhecimento das limitações de seus/suas alunos/as e como lidar com elas. Uma medida possível é criar um documento para cada aluno/a com deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Neste poderiam constar suas características e limitações, analisadas por psicólogas e pedagogas, oportunizando o desenvolvimento de metodologias de ensino específicas para cada aluno/a. Todos estes recursos podem ser incluídos ou citados no PPP da escola, visando assim, estimular o processo de inclusão.

O Projeto Político Pedagógico deveria incorporar a diversidade como centro na tomada de decisões, trabalhando o coletivo e compartilhando estratégias e sequências didáticas que venham a favorecer o aprendizado. Além do atendimento a todos os alunos/as da comunidade escolar, o PPP deve otimizar os espaços e recursos atendendo as necessidades específicas de todos/as os/as alunos/as.

Ao longo deste trabalho busquei apresentar contribuições foram no âmbito de discutir e refletir sobre as práticas pedagógicas voltadas aos/as alunos/as com deficiência e a falta de preparo dos/as professores/as para recebê-los/as. A inclusão pressupõe aceitar, valorizar e ter um compromisso com a diversidade, tornando o aprendizado rico ao desenvolvimento social e pessoal.

De uma forma geral, houve inúmeras dificuldades para realização do trabalho de conclusão de curso, a pesquisa possui um número pequeno de participantes, pois responder ao questionário traria impactos ao local de trabalho, desta forma nem todos/as os/as professores/as demonstraram interesse em responder ao questionário, então decidi trabalhar apenas com os/as professores/as do Ensino Fundamental I, já que foram os/as que mais acolheram a pesquisa e também por possuírem alunos/as com deficiência em suas classes de ensino. Mas não posso deixar de relevar que os/as professores/as demonstraram certa falta de interesse com relação aos questionários, não só pelo número pequeno de respostas que obtive.

A necessidade de formação continuada é uma realidade para todos os professores e não só para aqueles que trabalham com alunos com deficiência. Dessa forma, é fundamental pensar nesse processo de formação considerando as

necessidades do grupo de professores do município, efetivamente o professor será protagonista na construção de uma nova prática. Sendo necessário investir no processo de formação inicial e continuada dos/as professores/as, pois isto influencia seu cotidiano em sala de aula e reflete no aprendizado dos alunos.

O presente estudo tem relevância na área de inclusão, uma vez que buscou inserir o tema nas rodas de discussões na escola. É necessário pontuar a discussão sobre inclusão e a sua inserção ao PPP faz parte da realidade da escola.

Finalmente gostaria de salientar que, com a realização deste trabalho, adquiri um conhecimento maior em relação ao tema deficiência, descobri que ela está fora das discussões do corpo docente, desta forma fora do debate e dos conselhos de classe, mesmo que de uma forma ainda pouco abordada, esta temática está presente na escola e deve ser trabalhada. Na condição de futura especialista, percebo que o olhar sobre a deficiência deve ser amplo e que a didática trabalhada em sala de aula deve conter aspectos pessoais e individuais. Concluo que professor/a, aluno/a e sociedade fazem parte da questão educacional e que todos/as estão envolvidos/as diretamente no âmbito escolar. Dessa forma, ao trabalhar como educadora, espero que as perspectivas que busquei e que a relação entre os/as envolvidos/as possam ser totalmente positivas. Diante da importância da temática abordada, espero que esse trabalho possa contribuir para a prática em sala de aula, tanto para professores/as como para alunos/as, formando assim sujeitos construtores/as ativos da sociedade, na qual vivem e exercem cidadania.

Referências

AYRES, Melina de La Barrera. **As Representações da Deficiência Física na Telenovela viver a vida. Uma Etnografia de Telado Intimidade**: cuidado, corpo e sexualidade. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Santa Catarina. Florianópolis, 2015. 303p.

BRASIL. **Decreto N° 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 11 jun. 2016.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Diário oficial da União. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 20 jan.2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001. 79 p.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997. 126 p.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Pluralidade cultural e orientação sexual/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997. 164 p.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação especial**. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/educacao-inclusiva/educacao-especial.pdf&gws_rd=cr&ei=CPEqWJX-EomowASVqoDoCA. Acesso em: 20 ago. 2016.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1985.

DINIZ. Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2007.

FIGUEIRA, Emílio. **Educação inclusiva mais que um conceito**. Disponível em: <http://professoremiliofigueira.com.br/index.php/aula-1-educacao-inclusiva-mais-que-um-conceito/>. Acesso em agosto de 2016.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação brasileira**: Indicadores e desafios. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013. 95 p.

FRIAS, Elizabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: contribuições ao professor do ensino regular.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. **A inclusão de estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino**: um desafio ético e político. Cidade: editora, 2015.

_____. **Gênero, corpo e sexualidade**: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física. Cidade, Editora, ano.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view>. Acesso em: 05 dez. 2016.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **As Primeiras Ações e Organizações Voltadas para as Pessoas com Deficiência**: As Primeiras Ações e Organizações Voltadas para as Pessoas com Deficiência. 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd>>. Acesso em: 28 set. 2016.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, Junho de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Fev. 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Carta da Profa Mantoan aos senadores**. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/2013/11/07/carta-da-profa-mantoan-aos-senadores/>>. Acesso em: 20 jan.2017.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo, Cortez, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Camila Ferreira. **Marcos históricos e legais da Educação Especial no Brasil**. Disponível em: <<https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: CERMI; Ediciones Cinca, 2008.

RAMOS, Márcia. **A Educação Inclusiva e a Deficiência Mental**. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp185.htm>>. Acesso em: 30 maio 2016.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de pesquisa**. Rio do Sul: Nova Era, 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina**: Coordenador Sergio Otavio Bassetti. São José: FCEE, 2006.

SILVA, Adriane Giugni. **O movimento apaeano no Brasil**: um estudo documental (1954 – 1994). São Paulo, PUC, 1995. (Dissertação de mestrado).

ANEXOS

ANEXO A – MODELO DO QUESTIONÁRIO

ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO

Prezado/a Colega

Meu nome é **Adriana Lentz Della Vecchia Magnus**, sou Professora e, atualmente aluna do curso de **Especialização *Lato Sensu* em Gênero e Diversidade na Escola - GDE**, da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC/SC. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Rede regular. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se a vontade para se expressar livremente.

Sua participação é importante!

1) Área de formação/atuação:

2) Série que atua em 2016: () 1º () 2º () 3º () 4º () 5º () 6º () 7º
() 8º () 9º

3) Você já trabalhou, ou trabalha com alunos/as que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE):

() Sim () Não

Quais NEE? _____

4) Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho? (Caso nunca tenha trabalhado, que dificuldades você considera que poderia ter?)

() Não conhecimento das NEE;

() Dificuldade de relacionamento;

() Dificuldade de comunicação;

() Dificuldade em planejar;

() Dificuldade em ensinar;

- () Falta de recursos e materiais;
 - () Dificuldade na utilização de recursos especiais;
 - () Outros. Quais?
-

5) Você acredita no processo de inclusão dos alunos/as com NEE no Ensino Regular?

- () Sim, pois a legislação vigente garante.
 - () Sim, pois não considero problema, trabalhar com alunos que apresentam NEE.
 - () Sim, pois é através do contato e da interação com outros indivíduos que o sujeito aprende e desenvolve.
 - () Não, pois os professores não têm conhecimento das deficiências e formação específica.
 - () Não, pois embora a legislação garanta a inclusão do aluno com NEE, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los.
 - () Outra opinião:
-

6) Você observa diferenças no tratamento entre os alunos/as em sala de aula, pelo fato do aluno/a ser uma pessoa com deficiência?

- () Sim () Não

Se sua resposta foi sim, você lembra-se de alguma situação que gostaria de relatar?

7) Qual a vantagem para um/a aluno/a sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

8) Como a convivência entre as pessoas diferentes pode contribuir para o crescimento individual de cada um de nós possui? Comente:

9) Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para receber alunos/as com deficiência?

() Sim () Não

Qual?

10) Qual a maior dificuldade na sala de aula ao se trabalhar com alunos/as com deficiência?

11) Ao receber um/a aluno/a com deficiência, como é feito o acolhimento?

() Diferenciado

() Normal

() Separado dos outros alunos/as

12) Como é o comportamento e acompanhamento da família perante a escola?

ANEXO B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO

Termo de consentimento livre e esclarecido

Declaro, por meio deste termo, que concordei em que os professores da escola e eu mesma, em responder o questionário da pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulada “O processo de Inclusão” desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fui informada, ainda, de que a pesquisa é coordenada e orientada pela Dr^a. Melina de laBarrera Ayres, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail melina.ayres@gmail.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é **Analisar as percepções de inclusão no ambiente escolar**. Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário semiestruturado. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seus orientadores/ coordenadores. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicada, poderei contatar a pesquisadora responsável ADRIANA LENTZ DELLA VECCHIA MAGNUS, pelo telefone (48)98829-2735 e email funcional adrimagnus@hotmail.com ou sua orientadora já citada. A pesquisadora principal do estudo/ pesquisa / programa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Fui ainda informada de que posso me retirar desse estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Florianópolis, em 13 de outubro de 2016.

Representante da Escola:

Diretora

ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**O processo de Inclusão**”. Neste estudo pretendo investigar a o processo de inclusão na EEF. Quintiliano João Pacheco no contexto escolar. Com objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é Analisar as percepções de inclusão no ambiente escolar. O motivo que nos leva a estudar esse assunto são as inúmeras inquietações que o tema desperta e o interesse em aprofundar o assunto. Para participar deste estudo você precisará responder o questionário com base em sua realidade.

Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Para participar deste estudo, você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o pesquisador garante que irá tratar a sua identidade e seus dados com padrões de sigilo.

Este estudo está dentro dos padrões de coleta de dados e da resolução 196/96 que dispõe sobre os termos de estudos de caso com entrevistados, e tem como benefício a possibilidade de verificar o grau de participação da família na escola pesquisada.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

Fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas e sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações.

Declaro que concordo em participar desse estudo.

São João do Sul, _____ de _____ de 2016.

ASSINATURA DO(A) PESQUISADO(A)

ASSINATURA DO(A) PESQUISADOR(A)

ANEXO D - QUESTIONÁRIO RESPONDIDO

ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO

Prezado/a Colega

Meu nome é **Adriana Lentz Della Vecchia Magnus**, sou Professora e, atualmente aluna do curso de **Especialização Lato Sensu em Gênero e Diversidade na Escola - GDE**, da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC/SC. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Rede regular. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se a vontade para se expressar livremente.

Sua participação é importante!

1)Área de formação/atuação: Dicemciatura em Pedagogia e Matemática, Psicopedagoga.

2)Série que atua em 2016: () 1º () 2º (X) 3º () 4º () 5º () 6º () 7º () 8º () 9º

3)Você já trabalhou, ou trabalha com alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE):

(X) Sim () Não

Quais NEE? Deficiência Intelectual, e ja trabalhei com Deficiência Auditiva.

4)Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho? (Caso nunca tenha trabalhado, que dificuldades você considera que poderia ter?)

() Não conhecimento das NEE;

() Dificuldade de relacionamento;

() Dificuldade de comunicação;

() Dificuldade em planejar;

(X) Dificuldade em ensinar;

() Falta de recursos e materiais;

(X) Dificuldade na utilização de recursos especiais;

() Outros. Quais? _____

5)Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no Ensino Regular?

() Sim, pois a legislação vigente garante.

() Sim, pois não considero problema, trabalhar com alunos que apresentam NEE.

(X) Sim, pois é através do contato e da interação com outros indivíduos que o sujeito aprende e desenvolve.

- () Não, pois os professores não têm conhecimento das deficiências e formação específica.
- () Não, pois embora a legislação garanta a inclusão do aluno com NEE, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los.
- () Outra opinião: _____

6) Você observa diferenças no tratamento entre os alunos em sala de aula, pelo fato do aluno ser portador de necessidades educativas especiais?

- () Sim (X) Não

Se sua resposta foi sim, você lembra-se de alguma situação que gostaria de relatar?

7) Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

Acatar as diferenças e limitações, integração
e amadurecimento pessoal

8) Como a convivência entre as pessoas diferentes pode contribuir para o crescimento individual de cada um de nós possui? Comente:

Conhecer as diferentes indivíduos e seus poten-
ciais, integração e socialização

9) Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para receber alunos com deficiência?

- (X) Sim () Não

Qual? Na faculdade e na pós-graduação.

10) Qual a maior dificuldade na sala de aula ao se trabalhar com alunos com dificuldades?

Planejar, ensinar e obter com estímulo o re-

11) Ao receber um aluno portador de necessidades especiais, como é feito o acolhimento?

- () Diferenciado
- (X) Normal
- () Separado dos outros alunos

12) Como é o comportamento e acompanhamento da família perante a escola?

A família é presente, atua em conjunto
com a escola para o desenvolvimento da
aluna.

Obrigada pela sua participação!

ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO

Prezado/a Colega

Meu nome é **Adriana Lentz Della Vecchia Magnus**, sou Professora e, atualmente aluna do curso de **Especialização Lato Sensu em Gênero e Diversidade na Escola - GDE**, da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC/SC. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Rede regular. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se a vontade para se expressar livremente.

Sua participação é importante!

1)Área de formação/atução: Pedagogia

2)Série que atua em 2016: () 1º () 2º (x) 3º () 4º () 5º () 6º () 7º () 8º () 9º

3)Você já trabalhou, ou trabalha com alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE):

(x) Sim () Não

Quais NEE? _____

4)Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho? (Caso nunca tenha trabalhado, que dificuldades você considera que poderia ter?)

() Não conhecimento das NEE;

() Dificuldade de relacionamento;

() Dificuldade de comunicação;

() Dificuldade em planejar;

(x) Dificuldade em ensinar;

(x) Falta de recursos e materiais;

() Dificuldade na utilização de recursos especiais;

() Outros. Quais? _____

5)Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no Ensino Regular?

() Sim, pois a legislação vigente garante.

(x) Sim, pois não considero problema, trabalhar com alunos que apresentam NEE.

() Sim, pois é através do contato e da interação com outros indivíduos que o sujeito aprende e desenvolve.

- () Não, pois os professores não têm conhecimento das deficiências e formação específica.
- () Não, pois embora a legislação garanta a inclusão do aluno com NEE, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los.
- () Outra opinião: _____

6) Você observa diferenças no tratamento entre os alunos em sala de aula, pelo fato do aluno ser portador de necessidades educativas especiais?

- () Sim (X) Não

Se sua resposta foi sim, você lembra-se de alguma situação que gostaria de relatar?

7) Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

Ele terá a oportunidade de vivenciar um conflito, de con-
frontar valores, praticar a solidariedade e cooperação.

8) Como a convivência entre as pessoas diferentes pode contribuir para o crescimento individual de cada um de nós possui? Comente:

Ao expandirmos nossas experiências, estamos tendo a capa-
cidade de entendermos que as vantagens são para todos

9) Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para receber alunos com deficiência?

- () Sim (X) Não

Qual? _____

10) Qual a maior dificuldade na sala de aula ao se trabalhar com alunos com dificuldades?

Falta de um 2º professor de turma e materiais adequados.

11) Ao receber um aluno portador de necessidades especiais, como é feito o acolhimento?

- () Diferenciado
- (X) Normal
- () Separado dos outros alunos

12) Como é o comportamento e acompanhamento da família perante a escola?

Em alguns casos omisso.

Obrigada pela sua participação!

ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO

Prezado/a Colega

Meu nome é **Adriana Lentz Della Vecchia Magnus**, sou Professora e, atualmente aluna do curso de **Especialização Lato Sensu em Gênero e Diversidade na Escola - GDE**, da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC/SC. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Rede regular. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se a vontade para se expressar livremente.

Sua participação é importante!

1)Área de formação/atuação: Pedagogia em Licenciatura

2)Série que atua em 2016: 1° () 2° () 3° () 4° () 5° () 6° () 7° () 8° () 9°

3)Você já trabalhou, ou trabalha com alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE):

Sim () Não

Quais NEE? Mental

4)Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho? (Caso nunca tenha trabalhado, que dificuldades você considera que poderia ter?)

() Não conhecimento das NEE;

() Dificuldade de relacionamento;

() Dificuldade de comunicação;

() Dificuldade em planejar;

() Dificuldade em ensinar;

() Falta de recursos e materiais;

Dificuldade na utilização de recursos especiais;

() Outros. Quais? _____

5)Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no Ensino Regular?

() Sim, pois a legislação vigente garante.

() Sim, pois não considero problema, trabalhar com alunos que apresentam NEE.

Sim, pois é através do contato e da interação com outros indivíduos que o sujeito aprende e desenvolve.

- () Não, pois os professores não têm conhecimento das deficiências e formação específica.
- () Não, pois embora a legislação garanta a inclusão do aluno com NEE, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los.
- () Outra opinião: _____

6) Você observa diferenças no tratamento entre os alunos em sala de aula, pelo fato do aluno ser portador de necessidades educativas especiais?

- () Sim Não

Se sua resposta foi sim, você lembra-se de alguma situação que gostaria de relatar?

7) Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

Saber Respeitar e interagir com ele

8) Como a convivência entre as pessoas diferentes pode contribuir para o crescimento individual de cada um de nós possui? Comente:

Só conviver para saber.

9) Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para receber alunos com deficiência?

- Sim () Não

Qual? na faculdade

10) Qual a maior dificuldade na sala de aula ao se trabalhar com alunos com dificuldades?

Em planejar e saber atuar.

11) Ao receber um aluno portador de necessidades especiais, como é feito o acolhimento?

- () Diferenciado
- Normal
- () Separado dos outros alunos

12) Como é o comportamento e acompanhamento da família perante a escola?

Comportamento é agitado, tem pouco acompanhamento da família.

Obrigada pela sua participação!

ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO

Prezado/a Colega

Meu nome é **Adriana Lentz Della Vecchia Magnus**, sou Professora e, atualmente aluna do curso de **Especialização *Lato Sensu* em Gênero e Diversidade na Escola - GDE**, da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC/SC. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Rede regular. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se a vontade para se expressar livremente.

Sua participação é importante!

1)Área de formação/atuação: Pedagogia, Pós-graduação

2)Série que atua em 2016: 1° () 2° () 3° () 4° () 5° () 6° () 7° () 8° () 9°

3)Você já trabalhou, ou trabalha com alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE):

Sim () Não

Quais NEE? _____

4)Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho? (Caso nunca tenha trabalhado, que dificuldades você considera que poderia ter?)

() Não conhecimento das NEE;

() Dificuldade de relacionamento;

() Dificuldade de comunicação;

() Dificuldade em planejar;

Dificuldade em ensinar;

Falta de recursos e materiais;

() Dificuldade na utilização de recursos especiais;

() Outros. Quais? _____

5)Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no Ensino Regular?

() Sim, pois a legislação vigente garante.

() Sim, pois não considero problema, trabalhar com alunos que apresentam NEE.

() Sim, pois é através do contato e da interação com outros indivíduos que o sujeito aprende e desenvolve.

Não, pois os professores não têm conhecimento das deficiências e formação específica.

Não, pois embora a legislação garanta a inclusão do aluno com NEE, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los.

Outra opinião: _____

6) Você observa diferenças no tratamento entre os alunos em sala de aula, pelo fato do aluno ser portador de necessidades educativas especiais?

Sim Não

Se sua resposta foi sim, você lembra-se de alguma situação que gostaria de relatar?

Em casos onde os colegas ajudam, acolhem bem,
em outros casos isso não acontece.

7) Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

A troca de experiência.

8) Como a convivência entre as pessoas diferentes pode contribuir para o crescimento individual de cada um de nós possui? Comente:

Conviver com as diferenças nos faz refletir
muito.

9) Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para receber alunos com deficiência?

Sim Não

Qual? _____

10) Qual a maior dificuldade na sala de aula ao se trabalhar com alunos com dificuldades?

Quando não temos o 2º professor, pois eles nos ajudam

11) Ao receber um aluno portador de necessidades especiais, como é feito o acolhimento? muito.

Diferenciado

Normal

Separado dos outros alunos

12) Como é o comportamento e acompanhamento da família perante a escola?

Pouca participação

Obrigada pela sua participação!

ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO

Prezado/a Colega

Meu nome é **Adriana Lentz Della Vecchia Magnus**, sou Professora e, atualmente aluna do curso de **Especialização Lato Sensu em Gênero e Diversidade na Escola - GDE**, da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC/SC. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Rede regular. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se a vontade para se expressar livremente.

Sua participação é importante!

1)Área de formação/atuação: Pedagogia, Professora.

2)Série que atua em 2016: () 1º () 2º () 3º () 4º () 5º () 6º () 7º () 8º () 9º

3)Você já trabalhou, ou trabalha com alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE):

(x) Sim () Não

Quais NEE? Deficiência Mental e fonoaudiológica

4)Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho? (Caso nunca tenha trabalhado, que dificuldades você considera que poderia ter?)

() Não conhecimento das NEE;

() Dificuldade de relacionamento;

() Dificuldade de comunicação;

() Dificuldade em planejar;

() Dificuldade em ensinar;

() Falta de recursos e materiais;

() Dificuldade na utilização de recursos especiais;

(x) Outros. Quais? Dificuldade de integração entre

professores titulares e segundo professor no planejamento.

5)Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no Ensino Regular?

() Sim, pois a legislação vigente garante.

() Sim, pois não considero problema, trabalhar com alunos que apresentam NEE.

(x) Sim, pois é através do contato e da interação com outros indivíduos que o sujeito aprende e desenvolve.

- () Não, pois os professores não têm conhecimento das deficiências e formação específica.
- () Não, pois embora a legislação garanta a inclusão do aluno com NEE, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los.
- () Outra opinião: _____

6) Você observa diferenças no tratamento entre os alunos em sala de aula, pelo fato do aluno ser portador de necessidades educacionais especiais?

(X) Sim () Não

Se sua resposta foi sim, você lembra-se de alguma situação que gostaria de relatar?

Considero algumas situações quanto a
organização de trabalhos em grupo, (ex)
quando o aluno fica para e ninguém o
convida a participar.

7) Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

Para saber lidar com as diferenças e
que cada ser é único e especial, tem algo
para aprender e ensinar.

8) Como a convivência entre as pessoas diferentes pode contribuir para o crescimento individual de cada um de nós possui? Comente:

Para percebermos que o mundo é feito na
individualidade das diferenças que somatiza
a grandeza de nosso aprendizado. coletivo;

9) Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para receber alunos com deficiência?

(X) Sim () Não

Qual? Cursos a distância, leitura e aprimora-
mento individual.

10) Qual a maior dificuldade na sala de aula ao se trabalhar com alunos com dificuldades?

Como item anterior. Falta de integração prof.
titular, só os finais ensino fundamental para a adaptação

11) Ao receber um aluno portador de necessidades especiais, como é feito o acolhimento?

(X) Diferenciado

() Normal

() Separado dos outros alunos

12) Como é o comportamento e acompanhamento da família perante a escola?

A família é bastante atenta, mas sente
com falta de estrutura para amparar
as necessidades, como saúde, alimentação
educação etc.

Obrigada pela sua participação!